



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

Código de candidato

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira _____ Categoria _____

Área de actividade _____

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto

1. DADOS PESSOAIS

Nome

completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal:

Localidade: _____

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço electrónico: _____

**2. NÍVEL HABILITACIONAL**

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de especialização tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)*	<input type="checkbox"/>	99 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

* Nível III : Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique cursos de pós — graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR3.1 Titular de relação jurídica de emprego público? Sim Não

3.2- Em caso negativo passe directamente ao ponto 4. deste formulário.

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1- Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.2- Contrato	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.3- Situação actual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Em SME	<input type="checkbox"/>
	Outra	<input type="checkbox"/>



3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Actividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.8- Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, directamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e actividades exercidas:



5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de seleção "Prova de Conhecimentos" e, quando aplicável, "Avaliação Psicológica", nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concurusal."

"Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), nº1 do artigo 13º da Portaria nº 233/2022, de 9 de Setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas."



8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso Ihe tenha sido reconhecido, Iegalmente, aIgun grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seIecção.

9. DECLARAÇÃO (f), nº 1 do artigo 27.º, da Portaria n.º 83-A /2009 de 22/01)

"DecIaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

**Comprovativos de formação
(Quantidade ___)**

**Declaração a que se refere a
alínea d) do nº1 do artigo 13º
da Portaria1**

Outros:

(*) Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.



10. INFORMAÇÃO AO TITULAR DE DADOS PESSOAIS (art.º 13º e 14º do RGPD)

O Município de Fronteira, pessoa coletiva de direito público n.º501162941, com morada na Praça do Município 7460-110 Fronteira, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos no presente formulário para efeito de apresentação de candidatura a procedimento concursal de recrutamento.

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), informa-se o seguinte:

Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente formulário serão tratados pelo Município de Fronteira no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de Recursos Humanos, designadamente para efeito de tramitação de procedimentos concursais de recrutamento e seleção.

O fundamento jurídico para o tratamento dos dados ora recolhidos assenta no cumprimento de obrigações jurídicas legalmente previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento.

A licitude do tratamento de dados encontra fundamento legal, nas alíneas b), c), e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, designadamente no consentimento prestado pelo titular dos dados para tratamento de dados pessoais relativos a saúde, na necessidade de cumprimento de obrigações jurídicas em matéria de recrutamento de pessoal, na eventual necessidade de realização de diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público, ou na realização de outros interesse legítimos, designadamente para tratamento estatístico de dados pessoais.

São ainda aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais recolhidos no presente formulário as disposições previstas na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, bem como na Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, que aprovou as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

O Município de Fronteira é a entidade responsável pelo tratamento dos dados, não os utilizando para qualquer outra finalidade que extravase as finalidades de tratamento de dados anteriormente referidas.

Os dados recolhidos são conservados pelo prazo de 5 anos, de acordo com o Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro.

Os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais podem ser exercidos através do endereço de email: rgpd.dpo@cm-fronteira.pt, em alternativa, pode dirigir-se presencialmente à Câmara Municipal, nos dias úteis, das 9h00 às 17h00, no Balcão Único. sem prejuízo do direito de o titular apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

Para informações adicionais, consulte a política de privacidade do Município de Fronteira, disponível em <https://cm-fronteira.pt/fr/politica-de-privacidade/>.

“Declaro, sob compromisso de honra, que tomei conhecimento da informação sobre o tratamento de dados pessoais constante do presente formulário, bem como da Política de Privacidade do Município de Fronteira.”

Assinatura:
